

SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E APOIO A FAMÍLIA DE ITAPIPOCA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

**SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E APOIO A FAMÍLIA DE ITAPIPOCA
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanços patrimoniais

QUADRO 2 – Demonstrações do superávit/ (déficit) do exercício

QUADRO 3 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

QUADRO 4 – Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO MG – 2019/073

Aos Administradores da
SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E APOIO A FAMÍLIA DE ITAPIPOCA.
Itapipoca - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E APOIO A FAMÍLIA DE ITAPIPOCA** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E APOIO A FAMÍLIA DE ITAPIPOCA** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

O ChildFund Brasil vem desenvolvendo estratégias e instrumentos para aprimorar a relação com a rede de parceiros, visando não só potencializar sua capacidade operacional de apoio técnico, bem como encorajar a busca por outras fontes de recursos para se tornarem organizações sustentáveis. A ferramenta SID – Sustentabilidade, Incorporação e Distrato, determina as Entidades que são sustentáveis para permanecerem na rede, as Entidades que para se tornarem sustentáveis passarão por processo de incorporação, e as Entidades que sofrerão distrato por não serem sustentáveis e nem candidatas a incorporação. De acordo com análise, a expectativa para os próximos exercícios (2020-2022) é a incorporação e desfiliação de algumas entidades. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 23 de abril de 2018, sem modificações.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2019.



Gilberto Galinkin
Contador CRC MG - 035.718/O-8
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1



Cristina Braga de Oliveira
Contadora CRC MG - 079.371/O-6
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

QUADRO 1
SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E APOIO A FAMÍLIA DE ITAPIPOCA
 Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

ATIVO	Notas Explicativas	2018	2017	PASSIVO	Notas Explicativas	2018	2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixas e equivalentes de caixa	3	21.941	21.841	Obrigações trabalhistas		893	960
Adiantamentos		2	1.132	Provisões de férias e encargos	5	5.747	12.828
Subvenção a receber		46.667	46.667	Subvenção a realizar		46.901	46.901
Outros recebíveis		3.715	-	DFC's a repassar	6	15.237	15.385
Total do ativo circulante		72.325	69.640	Outras exigibilidades		4.348	3.926
				Total do passivo circulante		73.126	80.000
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
PERMANENTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	4	32.585	39.299	Patrimônio social	7	28.939	39.837
				Superávit acumulado		2.845	(10.898)
Total do ativo não circulante		32.585	39.299	Total do patrimônio líquido		31.784	28.939
TOTAL DO ATIVO		104.910	108.939	TOTAL DO PASSIVO		104.910	108.939

QUADRO 2**SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E APOIO A FAMÍLIA DE ITAÍPOCA**

Demonstrações do superávit (déficit) em 31 de Dezembro 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

	Notas Explicativas	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS			
Doações do Child Fund Brasil	8	285.719	267.058
Isonção de tributos - INSS	11	38.275	43.726
Serviços voluntários	13	2.285	3.662
Receitas financeiras		169	44
Outras receitas		1.142	945
		327.590	315.435
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e encargos		(166.584)	(159.317)
Despesas com materiais para os programas		(31.446)	(35.328)
Serviços de terceiros		(35.706)	(38.517)
Utilidades e serviços		(25.398)	(16.492)
Despesas gerais		(9.058)	(7.850)
Contribuições sociais - quota isenta - INSS	11	(38.275)	(43.726)
Despesas com depreciação		(7.716)	(8.107)
Despesas com manutenção		(3.523)	(6.686)
Despesas financeiras		(1.599)	(1.199)
Treinamentos		(3.155)	(5.171)
Serviços voluntários	13	(2.285)	(3.662)
Resultado na baixa de bens do imobilizado		-	(278)
		(324.745)	(326.333)
Superávit/déficit do exercício		2.845	(10.898)

QUADRO 3**SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E APOIO A FAMÍLIA DE ITAPIPOCA**

Demonstrações do superávit (déficit) em 31 de Dezembro 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

Descrição	Patrimônio Social	Superávit (déficit) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	120.663	(80.826)	39.837
Incorporado ao patrimônio social	(80.826)	80.826	-
Déficit do exercício	-	(10.898)	(10.898)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	39.837	(10.898)	28.939
Incorporado ao patrimônio social	(10.898)	10.898	-
Superávit do exercício	-	2.845	2.845
Saldos em 31 de dezembro de 2018	28.939	2.845	31.784

QUADRO 4**SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E APOIO A FAMÍLIA DE ITAÍPOCA**

Demonstrações do superávit (déficit) em 31 de Dezembro 2018 e 2017

(Valores expressos em reais, com centavos arredondados)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit/Superávit do exercício	2.845	(10.898)
Ajustes		
Depreciação e amortização	7.716	8.107
Baixa do ativo imobilizado	-	278
	<u>10.561</u>	<u>(2.513)</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Adiantamentos	1.130	2.939
Despesas Antecipadas	(3.715)	419
	<u>(2.585)</u>	<u>3.358</u>
Aumento (redução) nos passivos		
Obrigações Trabalhistas e tributárias	(67)	225
Provisões de férias e encargos	(7.081)	88
DFC's a repassar	(148)	728
Contas a pagar	422	3.926
	<u>(6.874)</u>	<u>4.967</u>
	<u>1.102</u>	<u>5.812</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(1.002)	(1.970)
	<u>(1.002)</u>	<u>(1.970)</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
	<u>100</u>	<u>3.842</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.841	17.999
Caixa e equivalentes de caixa do final do exercício	21.941	21.841
	<u>100</u>	<u>3.842</u>

Sociedade de Promoção e Apoio a Família de Itapipoca

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade de Promoção e Apoio a Família de Itapipoca é uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, regida por estatuto social e legislação aplicável. Tem por finalidade a prestação de serviço de assistência social.

Atua na área de assistência social as famílias, no Município de Itapipoca – CE, que são devidamente inscritas e participantes dos programas desenvolvidos por esta entidade. O público para atendimento das suas ações, são preferencialmente, as famílias, crianças, adolescentes em vulnerabilidade social, beneficiárias dos programas de transferência de renda ou que possui perfil de beneficiário.

Mantida exclusivamente pelo sistema de apadrinhamento do ChildFund Brasil e de doações especiais de grupos de pessoas ou empresas, a Entidade não faz distinção de raça, cor, credo religioso ou político. É administrada por uma Assembleia Deliberativa, por um Conselho Fiscal com o mandato de 03 (três) anos, formado por membros da comunidade.

2. BASE APRESENTAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de Apresentação

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (NBC ITG 2002).

2.2. Políticas contábeis

a. Receitas e despesas

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas conforme determina a NBC ITG 2002, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência. As receitas de doações, subvenções e contribuições, recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade.

b. Estimativas e premissas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões e estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras que sejam de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que são sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

d. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A posição de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pequeno Caixa ChildFund Brasil	21	671
Caixa Econômica Federal – Subsidio	-	20.743
Aplicações Financeiras – Poupança C.E.F.	-	9
Aplicações Financeiras- Poupanças BB	-	418
Aplicações Curto Prazo – Subsidio C.E.F	21.920	-
Total	<u>21.941</u>	<u>21.841</u>

As aplicações financeiras referem-se a aplicações efetuadas em certificados de depósitos Bancários, com remunerações atreladas ao CDI. Esses certificados podem ser resgatados a qualquer momento pela Entidade sem qualquer ônus.

4. IMOBILIZADO

A composição do Imobilizado, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	Taxa de depr. ano %	2018	2017
Edificações	4%	32.380	32.380
Máquinas e equipamentos	10%	33.505	33.505
Móveis e utensílios	10%	29.423	29.423
Computadores e periféricos	20%	33.497	32.495
		128.805	127.803
Depreciação acumulada		(96.220)	(88.504)
		32.585	39.299

Descrição	Taxa de depreciação	Saldo em 31.12.2017	Baixas	Adições	Transf.	Saldo em 31.12.2018
Bens						
Computadores e periféricos	20%	32.495	-	1.002	-	33.497
Máquinas e equipamentos	10%	33.505	-	-	-	33.505
Móveis e utensílios	10%	29.423	-	-	-	29.423
Edificações	4%	32.380	-	-	-	32.380
	Total Bens	127.803	-	1.002	-	128.805
Depreciação						
Computadores e periféricos		(27.638)	-	(2.093)	-	(29.731)
Máquinas e equipamentos		(15.922)	-	(2.752)	-	(18.674)
Móveis e utensílios		(17.772)	-	(1.576)	-	(19.348)
Edificações		(27.172)	-	(1.295)	-	(28.467)
	Total Depreciação	(88.504)	-	(7.716)	-	(96.220)
	Total da conta	39.299	-	(6.714)	-	32.585

A entidade não alterou a forma de utilização do seu imobilizado, como também, não identificou desgastes e quebra relevante inesperada, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que indicassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação.

5. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS

Provisão de férias e encargos apresenta a seguinte composição, em 31 de dezembro:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão de férias	5.272	11.769
FGTS sobre férias	422	941
PIS sobre férias	53	118
Total	<u>5.747</u>	<u>12.828</u>

6. DFC`s (DESIGNATED FUND CERTIFICATE) A REPASSAR

A entidade recebeu do ChildFund Brasil valores de DFC`s, presentes de padrinhos destinados à crianças (afilhados), os quais foram contabilizados em conta patrimonial do passivo circulante, conforme a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo anterior	15.385	14.657
DFC`s recebidos destinados às Crianças	76.794	92.448
DFC`s repassados às Crianças	-76.942	-91.720
Saldo a repassar para Crianças	<u>15.237</u>	<u>15.385</u>

7. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da Entidade, no montante de R\$ 28.939 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 39.837 em 31 de dezembro de 2017) representa o montante inicial aportado para início das atividades da Entidade, sendo reduzido em função do déficit apurado. O valor de Superávit neste exercício foi de R\$ 2.845 e déficit de R\$(10.898) em 2017.

8. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

Entidade recebeu doações e subvenções, durante o exercício, registradas em contas de receita da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Subsídio do ChildFund Brasil	285.719	267.058
Total	<u>285.719</u>	<u>267.058</u>

9. GRATUIDADES

As gratuidades oferecidas à comunidade carente são registradas segregadamente por Custos e Despesas, excetuando-se as despesas com depreciação e Contribuições sociais-INSS Quota isenta, estando suportadas por documentação hábil.

Em atendimento ao disposto no Decreto no. 8.242/2014 e Resolução nº 188, de 20 de outubro de 2005, tendo concedido gratuidades em 2018 no montante de R\$ 277.155 (R\$ 273.301 em 2017), conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017
Despesas operacionais	324.745	326.333
Contrib. sociais – INSS Quota Isenta	(38.275)	(43.726)
Despesas com depreciação	(7.716)	(8.107)
Total	278.754	274.500

10. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a entidade não mantinha cobertura de seguros para suas instalações e bens.

11. ISENÇÃO DE TRIBUTOS - INSS

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2018, em função da entidade possuir certificado de entidade de fins filantrópicos, está registrada em contas de receitas, e totalizou R\$ 38.275 (R\$ 43.726 em 2017).

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

13. TRABALHO VOLUNTARIO

Os trabalhos voluntários do Grupo Governança foram mensurados com base nos valores praticados por esses profissionais no mercado.

Governança

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Quantidade de horas	92	144
Valor h/h	24,84	25,43
Valor total - R\$	<u>2.285</u>	<u>3.662</u>

* * * * *